

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
POLO DE TAPEJARA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
MODALIDADE EAD**

**A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: O CASO DO  
MUNICÍPIO DE PAIM FILHO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Leodecir Roberto Luppi**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

# **A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE PAIM FILHO**

**por**

**Leodecir Roberto Luppi**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública –  
modalidade EAD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como  
requisito parcial para obtenção do grau de

**Especialista em Gestão Pública**

**Orientador: Gilnei Luiz de Moura**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

---

© 2011

Todos os direitos autorais reservados a Leodecir Roberto Luppi. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Doze, n. 2000, Bairro da Luz, Santa Maria, RS, 97110-680

Fone (0xx)55 2225678; Fax (0xx) 2251144; End. Eletr: [ufesme@ct.ufsm.br](mailto:ufesme@ct.ufsm.br)

---

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Ciências Sociais e Humanas**  
**Polo de Tapejara**  
**Curso de Especialização em Gestão Pública**  
**modalidade EAD**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a monografia de especialização

**A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE PAIM  
FILHO**

elaborada por

**Leodecir Roberto Luppi**

como requisito parcial para obtenção do grau de

**Especialista em Gestão Pública**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Gilnei Luiz de Moura, Dr.**

(Presidente/Orientador)

---

**Dalva Righi Dotto, Dr. (UFSM)**

---

**Aline Rocha, Me.**

**UFSM**

Santa Maria, 10 de julho de 2011

“Impostos são o preço a pagar por  
uma sociedade civilizada.”

Oliver Wendell Holmes.

## **AGRADECIMENTO**

Quero agradecer a todos os professores da Universidade Federal de Santa Maria que trabalharam no projeto do curso de Especialização em Gestão Pública. Aos tutores à distância, pela atenção e ajuda no decorrer do curso. Aos funcionários do Pólo de Tapejara, em especial à coordenadora Loreci. Agradecer de forma especial à tutora presencial Aline, pela atenção, seriedade e ajuda, às professoras Maristela Schenatto e Carolina Lisowski, e, ao meu orientador professor Gilnei Luiz de Moura. À minha família, e, principalmente, à minha companheira de todas as horas, Ana, pelo apoio, compreensão, companheirismo e amor. A todos, minha eterna gratidão.

## RESUMO

O trabalho baseia-se em um estudo sobre a arrecadação municipal e aplicabilidade dos recursos públicos, tendo como foco um estudo de caso no município de Paim Filho, que se situa na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa visa relatar as ações que estão sendo feitas pela administração pública para aumentar a arrecadação de impostos no município, pesquisar em que áreas estão sendo aplicados os recursos públicos e verificar se tais investimentos estão melhorando a qualidade de vida da população através dos projetos desenvolvidos. Dentro deste quadro, além de pesquisa bibliográfica e relatórios da Prefeitura Municipal de Paim Filho, foram entrevistados os agentes responsáveis pela administração, como Prefeito e Secretários municipais, posteriormente, buscou-se medir a satisfação da população com os projetos desenvolvidos pelo município, por meio de entrevistas com lideranças do município, como sindicalistas, líderes comunitários e os vereadores do município, que são os representantes do povo no poder. Por meio deste trabalho, pôde-se constatar que as iniciativas do município para aumentar a arrecadação estão surtindo efeito, pois o município vem aumentando sua receita com impostos, garantindo mais qualidade de vida à população.

Palavras chave: Arrecadação – aplicabilidade – desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

The work is based on a study on the applicability of municipal tax revenue and public resources, focusing on a case study in the municipality of Paim Filho, situated in the northeastern state of Rio Grande do Sul. This research aims to report the actions being taken by the municipal government to increase tax collection in the city, searching for areas in which they are being applied to public resources and to check whether these investments are improving the quality of life through projects developed. Within this framework, as well as literature and reports of the City of Paim Filho, was interviewed officials responsible for administration, such as mayors and municipal secretaries subsequently sought to measure the satisfaction of the population with the projects developed by the municipality through interviews with leaders of the municipality, as trade unionists, community leaders and city councilors, who are the representatives of the people in power.

Keywords: Collection – applicability – development.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
1.1	Tema e problema .....	09
1.2	Objetivos geral e específico .....	10
1.3	Justificativa .....	10
1.4	Estrutura da pesquisa .....	11
<b>2</b>	<b>A TRIBUTAÇÃO NO BRASIL E AS MUDANÇAS AO LONGO DA HISTÓRIA .</b>	<b>12</b>
2.1	A Constituição de 1988 e seus efeitos na tributação .....	14
2.2	Os problemas do sistema tributário e as propostas de reforma .....	15
2.3	A gestão pública e o desenvolvimento social .....	16
2.4	Planejamento da gestão pública em prefeituras .....	18
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>22</b>
3.1	Metodologia .....	22
3.2	População e amostra.....	22
3.3	Tipos de dados .....	23
3.4	Coleta e análise da dados.....	24
<b>4</b>	<b>MUNICÍPIO DE PAIM FILHO .....</b>	<b>26</b>
4.1	Economia do município de Paim Filho .....	27
4.2	A participação do município na arrecadação estadual e federal .....	29
<b>5</b>	<b>ANÁLISE .....</b>	<b>33</b>
5.1	Introdução.....	33
5.2	Apresentação da pesquisa 01.....	33
5.2.1	Iniciativas da administração municipal para aumentar a arrecadação.....	33
5.2.2	Programas e projetos para desenvolvimento do município.....	35
5.2.3	Obras e investimentos a serem realizados nos próximos anos.....	40
5.3	Apresentação da pesquisa 02.....	40
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
6.1	Limitações .....	45
6.2	Pesquisas futuras .....	45
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa realizado no município de Paim Filho será introduzido com a apresentação do tema e problema de pesquisa, seguido dos objetivos geral e específicos. Após aponta-se a justificativa e conclui-se a introdução com a estrutura da pesquisa.

### 1.1 Tema e problema

Sabe-se que a administração pública de um município depende de recursos para acontecer. E a maneira desses recursos chegarem até a administração é por meio da arrecadação de impostos. O município de Paim Filho está trabalhando em um processo de reestruturação na área de sua receita, com campanhas de arrecadação, buscando a conscientização fiscal dos munícipes, combate à sonegação por meio de fiscalização direta no transporte de mercadorias, além de trabalhos de conscientização com produtores rurais, no que tange a arrecadação de ICMS.

Porém, o desenvolvimento econômico-social dos pequenos municípios da região Nordeste do Rio Grande do Sul tem esbarrado com os altos e baixos da arrecadação de impostos. Isto pode ser percebido com a decisão de muitos municípios, que durante alguns meses do ano, trabalham em regime de turno único, com expediente de apenas 5 a 6 horas ao dia com o intuito de reduzir os gastos e fechar a contabilidade do ano. Nos últimos anos, o Estado tem passado muitas responsabilidades em termos de fiscalização de ICMS aos municípios. Desta maneira, cada município, que queira aumentar sua participação na arrecadação deve preocupar-se em criar ações de combate à sonegação fiscal.

Neste sentido, este trabalho estudará por meio de uma pesquisa documental e entrevista parcialmente estruturada, quais iniciativas estão sendo tomadas para melhorar a arrecadação e quais os principais projetos de desenvolvimento para o município de Paim Filho, situado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 350 Km da Capital Porto Alegre. Município este que conta, segundo dados do IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com 4.480 habitantes.

A fim de nortear este estudo, propõe-se o seguinte problema de pesquisa:

De que maneira as iniciativas de aumento de arrecadação de impostos influenciam na qualidade de vida da população do município de Paim Filho?

## **1.2 Objetivos geral e específico**

O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar se as iniciativas de aumento de arrecadação do município de Paim Filho estão surtindo efeito no aumento da arrecadação e conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida da população local. De modo específico, almeja-se:

- a) Relatar a arrecadação de impostos no município de Paim Filho nas últimas duas gestões;
- b) Salientar as iniciativas de aumento de arrecadação;
- c) Verificar a aplicabilidade dos recursos pela Prefeitura Municipal de Paim Filho;
- d) Levantar a qualidade de vida da população painfilhense sobre alguns aspectos como saúde, educação, obras e serviços, assistência social.

## **1.3 Justificativa**

Por meio deste estudo, os administradores terão o conhecimento das suas principais fontes de arrecadação e poderão investir mais em áreas que dêem melhor resultado para a arrecadação municipal. Desta forma, a principal justificativa deste trabalho refere-se aos problemas de arrecadação que os municípios têm enfrentado nos últimos tempos, principalmente nos anos de 2005 a 2009, em virtude da grave crise econômica, que tem afetado todos os países.

Salienta-se que é por meio dos recursos da arrecadação que obras e investimentos podem ser feitos no município futuramente, levando à melhoria dos serviços, qualidade de vida da população local e o desenvolvimento econômico e social.

Assim pensando, este estudo torna-se relevante, pois visa avaliar as iniciativas de arrecadação fiscal, impulsionado pelas boas perspectivas que se tem com o trabalho iniciado no município de Paim Filho, através de campanhas de premiação a consumidores que buscam o aumento da arrecadação, e sabendo da importância dos recursos públicos para disponibilizar serviços para a população e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida.

#### **1.4 Estrutura da pesquisa**

Este trabalho é composto por seis capítulos. Inicialmente apresenta-se a introdução, trazendo uma visão geral do trabalho. No segundo capítulo, faz-se um estudo bibliográfico sobre tributação, buscando entender a problemática da área tributária no Brasil e sua função no desenvolvimento social. No terceiro capítulo, apresenta-se o método científico utilizado para realização desta pesquisa. No quarto capítulo, descreve-se o estudo sobre o município de Paim Filho, do trabalho que está sendo realizado para aumentar a sua arrecadação e os projetos executados para o desenvolvimento do mesmo, com dados extraídos de relatórios fornecidos pela Prefeitura, além de entrevistas com o Prefeito Municipal e seus secretários. Posteriormente, analisam-se as entrevistas realizadas com lideranças municipais, apresentando-se uma visão dessas lideranças sobre a arrecadação municipal e a aplicabilidade dos recursos na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por fim, estão algumas considerações finais do trabalho.

## **2 A TRIBUTAÇÃO NO BRASIL E AS MUDANÇAS AO LONGO DA HISTÓRIA**

O imposto pode ser entendido como pagamento que o setor privado ou a pessoa paga pela movimentação financeira ou de produtos que gerem lucros. Para Pereira (2009), os tributos consistem num conjunto de normas e regras aplicadas sobre o sistema econômico do país. Por esta concepção, a tributação representa a organização econômica e política do país. Complementando essa percepção, Giambiagi e Além (2008), consideram que os tributos são necessários para que o governo possa prestar os mais diversos tipos de serviços públicos

O sistema de tributação no Brasil foi sendo modificado com a implantação das Constituições. Segundo Giambiagi e Além (2008), a primeira mudança importante aconteceu com a Constituição de 1891, na qual ocorreu a separação dos impostos que seriam competência da União, dos impostos que competiam ao Estado. Em 1934, os Estados receberam a incumbência de cobrar os impostos sobre vendas e consignações. Além disso, a partir desta data, os municípios passaram a tributar indústrias, profissões e o imposto predial. Na Constituição de 1946, buscou-se o aumento da arrecadação dos municípios, os quais passaram a cobrar o imposto sobre selo municipal.

Na década de 1960, a política tributária do país passou por profundas mudanças. Na visão de Giambiagi e Além (2008), as reformas visavam aumentar a capacidade de arrecadação do Estado a fim de solucionar problemas como déficit fiscal e criar condições para apoiar e estimular o crescimento econômico. Neste sentido, os impostos foram classificados em categorias como: (i) Impostos sobre comércio exterior; (ii) Impostos sobre o patrimônio e a renda; (iii) Impostos sobre a produção e a circulação; (iv) Impostos únicos e Receitas extra-orçamentárias.

A reforma tributária da década de 1960 também dividiu os impostos entre as esferas federal, estadual e municipal, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Tabela 01: Os principais impostos na reforma tributária de 1965/1967

<b>Impostos federais antes da reforma</b>	<b>Impostos federais pós reforma</b>
Imposto de importação	Impostos ao comércio exterior
Imposto de consumo	IPI
Impostos únicos	Impostos únicos
Imposto de renda	Imposto de renda
Imposto sobre transferência exterior	IOF
Imposto sobre negócios	
Impostos extraordinários	
Impostos oficiais	
<b>Impostos Estaduais</b>	<b>Impostos estaduais pós reforma</b>
Imposto sobre vendas a varejo	ICM
Imposto sobre transmissão bens	Imposto sobre transmissão
Imposto sobre expedição	
Imposto sobre atos regulados	
Impostos especiais	
<b>Impostos municipais</b>	<b>Impostos municipais pós reforma</b>
Imposto territorial rural	IPTU
Imposto de transmissão	ISS
IPTU	
Imposto de indústria e profissões	
Imposto de licença	
Imposto sobre diversões públicas	
Imposto sobre atos de economia	

Fonte: Dornelles apud Giambiagi e Além ( p. 249, 2008) – adaptado pelo autor.

Observando a Tabela 01, verifica-se que:

- (a) A esfera federal ficou responsável por arrecadar impostos sobre comércio exterior, IPI, únicos, renda, IOF, extraordinários, sobre negócios e outros (transportes, comunicações, etc).
- (b) A esfera estadual passou a cobrar os impostos sobre ICM, sobre transmissão, expedição, sobre atos regulados e impostos especiais.
- (c) A esfera municipal passou a cobrar os impostos sobre IPTU, ISS, de licença, sobre diversões públicas, territorial rural e atos de economia.

## 2.1 A Constituição de 1988 e seus efeitos na tributação

A forma atual de arrecadação de impostos tem como normativa, a Constituição de 1988, que promoveu importantes mudanças no sistema tributário brasileiro. Para Giambiagi e Além (2008), a Constituição deu mais autonomia fiscal a estados e municípios. Isto resultou em mudanças fundamentais nas regras de tributação. Entre estas mudanças, deve-se destacar a competência dada a cada estado para determinar as alíquotas do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

A Tabela 02 apresenta os principais impostos e a devida competência por esfera:

Tabela 02: A Constituição de 1988 e as mudanças na tributação

<b>Impostos de competência federal</b>	<b>Impostos de competência dos estados</b>	<b>Impostos de competência dos municípios</b>
Imposto de renda	ICMS	ISS
IPI	IPVA	IPTU
Imposto sobre importação	Imposto sobre transmissão	
IOF	IR adicional	

Fonte: Giambiagi e Além (2008 – p. 259) adaptado pelo autor.

Para Varsano (1996), o sistema tributário elaborado pela constituição de 1988, ao contrário da elaboração feita nos anos 60, foi fruto de um processo, em que os principais autores eram políticos. Neste sentido, devido à falta de informações sobre as condições mais recentes das finanças públicas, impediu-se que a recuperação da carga tributária fosse colocada entre os objetivos da reforma.

Conforme Takao e Biderman (2003), a partir da Constituição de 1988, os municípios passaram a ser considerados entes federativos da União. Dessa forma, receberam oficialmente a delegação de competência tributária a fim de que pudessem instituir, fiscalizar, arrecadar e administrar os tributos de sua competência ( IPTU, ISS, ITBI, além de outras taxas e contribuições), regulamentando assim a arrecadação própria dos municípios, ampliando também os deveres dos mesmos. Esta responsabilidade foi aumentada com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal que entrou em vigor no ano de 2000, na qual não foi mais permitido a Estados

e Municípios manter em déficits crônicos de uma gestão para outra. Estas mudanças aumentaram ainda mais a necessidade de se ampliar a base tributária própria. Ainda segundo os autores, com relação à possibilidade de crescimento da arrecadação municipal, há a possibilidade de se investir em cadastramento imobiliário, sistema de controle, fiscalização tributária e treinamento de pessoal, para que não haja desperdício de receita.

## **2.2 Os problemas do sistema tributário e as propostas de reforma**

A carga tributária brasileira é pesada, causando sérios problemas tanto para o contribuinte como para o fisco. Segundo Pereira (2009), além de sua elevada arrecadação comparado com o PIB, o país cobra taxas cumulativas e alíquotas altas, como é o caso do ICMS e o IPI. Já para Giambiagi e Além (2008), o sistema tributário possui sérios problemas, principalmente através do nível da carga tributária agregada para um país de nível médio como o Brasil.

Quando se compara a tributação brasileira com a de outros países de mesmo nível, a carga tributária do país é expressivamente superior. Neste sentido, para Pereira (2009), este elevado peso da carga tributária e a sua complexidade estimulam a sonegação.

Diante da problemática envolvendo a cobrança de impostos no Brasil, em que a complexidade e distorções existentes no sistema, vêm penalizando a sociedade como um todo, crescem as pressões de segmentos econômicos, políticos e sociais para que se promova uma reforma tributária. Neste sentido, para Giambiagi e Além (2008), qualquer proposta de reforma do sistema tributário do país, deve considerar as mudanças que vem ocorrendo com o processo de globalização dos sistemas produtivos e do fortalecimento de blocos econômicos. Assim, uma reforma do sistema tributário deve levar em conta, principalmente, a qualidade da tributação. Ainda para os autores, a reforma deveria buscar a simplificação de todo o sistema tributário, a fim de reduzir custos de administração, tanto do fisco como do contribuinte e promover a harmonização fiscal com combate a corrupção.

### 2.3 A gestão pública e o desenvolvimento social

Conforme Grzybovski e Hahn et al (2009), a vida em sociedade não poderia existir de maneira ordenada sem a existência de um órgão superior para organizar e controlar todo o processo social. O Estado, além da criação de leis e o controle social, fornece, ou ao menos deveria fornecer aos seus cidadãos, os benefícios para que estes tenham as necessidades básicas, como saúde e educação atendidas de forma gratuita. Para fornecer estes benefícios aos cidadãos, torna-se necessário arrecadar recursos, os quais somente são obtidos por meio dos tributos. Desta forma, para a eficiência das demandas sociais, os entes federados contam com autonomia política, administrativa e financeira, além de competências específicas previstas na constituição de 1988.

Porém, as taxas de impostos elevadas, somadas à falta de confiança que as pessoas têm sobre o retorno desses impostos na melhoria das condições sociais de vida, prejudicam a conscientização fiscal. Segundo Grzybovski e Hahn (2009), por entender que os impostos pagos não são aplicados adequadamente e que os mesmos não retornam em forma de benefícios, para parte da sociedade as obrigações tributárias são fontes de conflitos e de insatisfação. Desta forma, no Brasil, ainda existem altos índices de sonegação.

Nessa mesma linha, existem outras considerações:

A capacidade de articulação regional dos diversos setores públicos e privados no território, aliada à participação das organizações sociais tornam-se, desta forma, elementos importantes a considerar quando se discute o desenvolvimento econômico e social e, por conseguinte, o desenvolvimento regional...no intuito de que o poder local assuma protagonismo em relação ao desenvolvimento, cabe um questionamento quanto à abordagem mais adequada de administração pública para que ela possa responder a esse compromisso (FILIPPIM, ROSSETO E ROSSETO, 2009, P. 03).

Para que as pessoas tenham consciência da importância de exigir a nota fiscal, torna-se necessária a existência de uma mudança cultural e o entendimento de que o Estado tem a necessidade de financiar ações públicas através da cobrança de tributos. Para que ocorra uma mudança social em relação a este tema, segundo Cecilio (2009), torna-se necessária a existência de programas como o da Educação Fiscal inseridos no projeto político-pedagógico das escolas, envolvendo ações a

nível federal, estadual e municipal, tornando-se veículo de sensibilização e transformação para o livre exercício da cidadania.

Desta forma, pode-se subentender também que:

O serviço público é toda atividade material fornecida pelo Estado, ou por quem esteja a agir no exercício da função administrativa se houver permissão constitucional e legal para isso, com o fim de implementação de deveres consagrados constitucionalmente relacionados à utilidade pública, que deve ser concretizada, sob regime prevalente de Direito Público”. Para o autor, a administração pública serve para propiciar aos cidadãos o bem-estar, a segurança e a justiça. Assim, o Estado entendido como organização política da sociedade, pode ser aceito como espaço de desenvolvimento do poder político e o local no qual o cidadão exerce a cidadania (FIGUEREDO apud PEREIRA, 2009, p. 10).

Também, a respeito de governo, pode-se entender que:

Um governo empreendedor caracteriza-se como um governo que pertence à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão em vez de servi-lo, e visam atender aos cidadãos como clientes e não aos interesses da burocracia. O governo empreendedor pretende estimular a parceria da sociedade (OSBORNE e GAEBLER apud PEREIRA, 2009, p. 161).

Também, de acordo com Pereira (2009), a administração pública deve ter especial preocupação com a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável, isto porque, no mundo contemporâneo as mudanças estão impactando de maneira profunda na sociedade, principalmente as áreas econômicas, sociais, ambientais, culturais e tecnológicas. Essas mudanças incentivam os governos a dar especial atenção a transparência na administração, por meio de políticas públicas, entendidas pelo autor como “um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos.”(2009, p. 98)

Diante dos graves problemas sociais existentes na atualidade, a Gestão Pública é cobrada a apresentar soluções. Visando entender o seu conceito, Pereira (2009,p. 9), conceitua Administração Pública como sendo a “interpretação de objetivos a fim de transformá-los em ação organizacional por meio do planejamento, da organização e do controle”.

O Estado, entendido como agente organizador, por meio da administração pública, tem a responsabilidade de atender as demandas da sociedade, oferecendo

serviços públicos de qualidade. Na visão de Pereira (2009), Isso implica em dizer que o papel da Administração Pública é de atuar como eixo transmissor entre o Estado e a sociedade. Para isso, as esferas federal, estadual e municipal devem estar bem estruturadas e organizadas a fim de prestar tais serviços.

Filippim et al (2009), defende a idéia de que promover o desenvolvimento local é tarefa conjunta dos setores público e privado de um determinado território, através da articulação de esforços, do planejamento conjunto e da definição concentrada de estratégias, através de uma participação efetiva das populações locais na realização das estratégias de desenvolvimento, definindo as necessidades, identificando as potencialidades produtivas e a organização do espaço coletivo. Conforme os autores, para que as populações locais possam efetivamente participar do planejamento do desenvolvimento, é indispensável trazer a essa população, o conhecimento básico sobre os aspectos básicos necessários ao desenvolvimento.

Desta forma, é importante compreender que a gestão pública e a gestão de organizações privadas possuem os mesmos princípios. Conforme Pereira (2009), a diferença básica é a de que na área pública os administradores atuam com recursos que pertencem à sociedade, e por isso devem manter clareza sobre sua aplicação.

Assim, segundo Oliveira et al (2009), o processo de planejamento da qualidade de vida da população através dos serviços públicos, pode ocorrer por meio da gestão das demandas da sociedade. Para os autores, “a gestão social busca subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas como sociais, políticas e culturais”(2009, p. 07)

#### **2.4 Planejamento da gestão pública em prefeituras**

A Administração Pública pode ser entendida de forma geral, segundo Meirelles (2004), como a gestão de bens e interesses da população, seja ela a nível federal, estadual ou municipal. O autor destaca ainda:

Em sentido formal, a administração Pública é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado pré-ordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. (MEIRELLES, 2004, p.64).

A administração pública pode ser compreendida como a gestão voltada para o interesse dos cidadãos:

Um dos grandes problemas que se coloca é que o governo enxerga a sociedade como uma grande massa de pessoas, às quais é impossível atender de maneira genérica. Neste contexto, é muito importante identificar os diversos segmentos de mercado porque, desta maneira, pode-se prover um serviço superior, avaliar os resultados em função do cliente e definir quais serviços são importantes pelo seu impacto na comunidade. A definição das necessidades dos clientes evidencia as deficiências no serviço prestado e os gargalos da organização...uma das principais características de uma organização pública de alta performance consiste na reestruturação de seus serviços e processos de trabalho, para ir de encontro às necessidades de seus clientes. A premissa básica é que o maior compromisso com os clientes leva à maior qualidade dos serviços e satisfação. (CAULLIRAUX e YUKI, 2004, p. 31 e 32).

Para realização de uma boa gestão pública municipal, torna-se necessária a qualificação dos diversos departamentos que administram o município. Na Administração do município de Paim Filho, a departamentalização está subdividida nas seguintes secretarias: Secretaria de Administração e Fazenda, Secretaria da Saúde, Secretaria de Serviços Gerais e Trânsito, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Educação e Cultura. Para a FAMURS (2001), a organização desses departamentos, de maneira básica, deve ocorrer da seguinte maneira:

A organização da Secretaria de Agricultura consiste na integração das ações voltadas para o setor, tornando o desenvolvimento rural parte do desenvolvimento socioeconômico, promovendo a gestão dos recursos disponíveis para o setor de forma integrada e participativa.

A Secretaria de Assistência Social deve ser o órgão responsável pela formulação de estratégias e de controle da execução da política social através da organização das ações de assistência social nos municípios.

Na Secretaria da Fazenda, por meio da área de receita municipal, o município deve organizar o seu setor de arrecadação de modo a não ocorrer perda de receita. Na receita municipal, incluem-se recursos financeiros oriundos dos tributos municipais, preços pela utilização de bens ou serviços e demais ingressos que o município recebe em caráter permanente, com a sua participação nas transferências constitucionais estaduais e federais (ICMS, FPM), ou eventuais, como os advindos de financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades ou pessoas físicas.

Quanto à Secretaria da Educação, os municípios são responsáveis pela oferta da educação infantil e, prioritariamente do ensino fundamental, além da educação especial. Cabe ao município organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições de sua rede ou sistema de ensino, exercer ação redistributiva em relação às suas escolas, baixar normas complementares às normas nacionais e autorizar, credenciar e supervisionar estabelecimentos de ensino.

Na área da saúde, a administração municipal tem o dever de oferecer serviços de saúde de qualidade para os seus munícipes, por meio de sua regulamentação, fiscalização e controle das ações em todos os níveis de complexidade do sistema.

Desta forma, segundo Filippim *et al* (2009), os administradores municipais, juntamente com as organizações comunitárias e outros órgãos do poder local, devem buscar maneiras práticas e adequadas para responder às necessidades locais, sem medo de inovar, organizando parcerias ou até mesmo de mexer nas formas tradicionais de tomada de decisões. Assim, as administrações não podem limitar-se a realizar projetos como construção de praças, recolhimento de lixo e outras atividades “de cosméticos urbano”, mas sim, transformar a maneira como são tomadas as decisões referente ao desenvolvimento econômico, ambiental, cultural e social.

Para compreender melhor, é importante observar que o trabalho de gerenciar organizações públicas pode ter outras compreensões:

O trabalho de gerenciar as organizações, sem qualquer maior pretensão a de assegurar que se contemple, tanto a dimensão administrativa – cuidar do desempenho da organização presente e de seu aperfeiçoamento cotidiano – como a dimensão empreendedora do trabalho do gestor – o de redirecionar recursos de áreas de baixo desempenho para aquelas onde se esteja obtendo crescentes ou melhores resultados (CAULLIRAUX e YUKI, 2004, p. 19).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo irá trabalhar o método científico, apresentando uma visão geral do processo utilizado para montagem da pesquisa, com a especificação da população entrevistada, tipos de dados, assim como coleta e análise e a metodologia utilizada para realização da pesquisa.

#### 3.1 Metodologia

Para este estudo, no qual foram verificadas as iniciativas de arrecadação fiscal e a distribuição dos valores arrecadados nas diversas secretarias do município, além do planejamento de futuros investimentos e obras, utilizou-se, primeiramente a pesquisa bibliográfica e documental, em que foram coletados dados e informações para qualificar e quantificar este estudo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual pode ter o seguinte entendimento:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas das características ou comportamentos. Essa preocupação por revelar as convicções dos entrevistados comum da etnografia, observação participante, pesquisa-ação, e os vários outros tipos de pesquisa qualitativa (RICHARDSON, 2008. P. 90).

Para realização da pesquisa foi utilizado um questionário semi-estruturado, que combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado pôde responder o questionário, justificando sua resposta ou acrescentando sua opinião a respeito do sistema de arrecadação do município de Paim Filho e da aplicabilidade dos recursos pela atual administração municipal.

Os questionários serviram para entender a opinião de lideranças e vereadores do município sobre as ações executadas pela administração municipal a fim de aumentar a arrecadação, com os respectivos projetos de desenvolvimento econômico- social. Segundo Richardson (2008, p. 233), “a análise do conteúdo da

pesquisa consiste no cálculo de frequências e porcentagens que permitem estabelecer a importância dos elementos analisados.” Assim, a análise do questionário aplicado foi realizada de maneira a estabelecer uma porcentagem em relação às respostas dos entrevistados. Também, foi considerada a opinião dos entrevistados a respeito das questões feitas, já que no questionário havia a possibilidade de justificar a resposta, como pode ser visto no questionário do anexo 01.

A pesquisa refere-se a um “estudo de caso”, que, de acordo com Sacramento (2008), usa técnicas de observação, análise de documentos e entrevistas para entender a história de vida do objeto a ser pesquisado, sendo que o caso pesquisado pode ser uma pessoa, uma família, uma escola, empresa, comunidade ou mesmo uma cultura. No caso da pesquisa em questão, buscou-se entender a arrecadação de impostos no município de Paim Filho e sua aplicabilidade para desenvolvimento econômico-social.

### **3.2 População e amostra**

Para realização deste estudo, visando entender a arrecadação de recursos por meio de impostos no município de Paim Filho, e sua aplicação nas áreas sociais, utilizando um questionário semi-estruturado, foram entrevistados o Prefeito Municipal, o Secretário Municipal de Administração e Fazenda do Município, a Secretária de Assistência Social e o Secretário de Saúde do município. Além disso, a fim de verificar a aplicabilidade dos recursos e a melhoria da vida social, através de um questionário utilizando perguntas fechadas e abertas, foram entrevistadas lideranças comunitárias e vereadores do município, que são os legítimos representantes do povo no Poder Legislativo.

### **3.3 Tipos de dados**

O trabalho foi baseado em dados secundários, por meio de pesquisa documental e dados primários, obtidos por meio de entrevista parcialmente

estruturada. Conforme Gil (2002, pg. 44 e 45), a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Em relação aos tipos de documentos que foram utilizados para este estudo, o autor acrescenta que nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos, instituições privadas, relatórios de pesquisas, tabelas estatísticas e assim por diante. Para este trabalho, a pesquisa documental foi baseada em leis, códigos tributários, além de livros, artigos e revistas que tratam do assunto, relatórios elaborados pela Prefeitura Municipal de Paim Filho, informações encontradas no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bibliografias sobre o assunto, sites de artigos especializados, como é o caso do site do FGV(Fundação Getulio Vargas).

Em relação às entrevistas, o método utilizado para conhecer a arrecadação municipal e os investimentos que estão no planejamento da atual administração, foi através de entrevistas parcialmente estruturadas. Conforme Gil (2002, pg. 117), a entrevista parcialmente estruturada é guiada por relação de pontos de interesse ou valendo-se de um roteiro que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso.

### **3.4 Coleta e análise de dados**

Na busca para solucionar o problema de pesquisa, primeiramente foi utilizada coleta de informações através de pesquisa documental com livros e artigos e também informações de sites da internet, como exemplo, da Secretaria da Fazenda do Estado e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Posteriormente, foram realizadas entrevistas parcialmente estruturadas, que de acordo com Deslandes (2008, pg. 64), combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão. Assim, foram entrevistados o Prefeito Municipal, o Secretário Municipal da Administração e Fazenda, a Secretária Municipal de Assistência Social e o Secretário Municipal da Saúde, ocasião em que tiveram a oportunidade de expor o que pensam sobre a arrecadação municipal, o que está sendo feito para arrecadar mais tributos, além

dos futuros investimentos para melhorar a vida dos cidadãos painfilhenses. Além disso, para obter a opinião da população a respeito do processo de arrecadação do município e a aplicação dos recursos, foram entrevistadas algumas lideranças do município, num total de 20 entrevistas. Os entrevistados escolhidos são comerciantes, agricultores, funcionários públicos, representantes de entidades como presidentes de sindicatos (sindicato da agricultura familiar e sindicato rural); presidentes de clubes de serviços, como LIONS e ROTARY CLUB, presidentes de bairros e associações, como a Câmara de Dirigentes Logistas do município; de forma que toda a sociedade foi representada. Na análise das entrevistas, os entrevistados serão identificados como entrevistado 01, entrevistado 02, entrevistado 03 e assim sucessivamente.

## 4 MUNICÍPIO DE PAIM FILHO

O município de Paim Filho, que pode ser visto em parte pela imagem aérea ilustrada na figura 01 e localizado no mapa do Estado do Rio Grande do Sul através da observação da figura 02, foi fundado em 05 de dezembro de 1961, emancipado em 19 de março de 1962, está localizado na Região Noroeste do Estado do Rio grande do Sul, distante 263 Km da Capital Porto Alegre. Possui, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma área territorial de 182 Km<sup>2</sup>. O município atualmente, segundo o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, conta com uma população de 4.243 (quatro mil duzentos e quarenta e três) habitantes. Deste total da população, 2.253 pessoas residem no meio urbano e 1.990 residem no meio rural.



Figura 01: Foto aérea do município de Paim Filho - Fonte: Arquivo Prefeitura de Paim Filho.

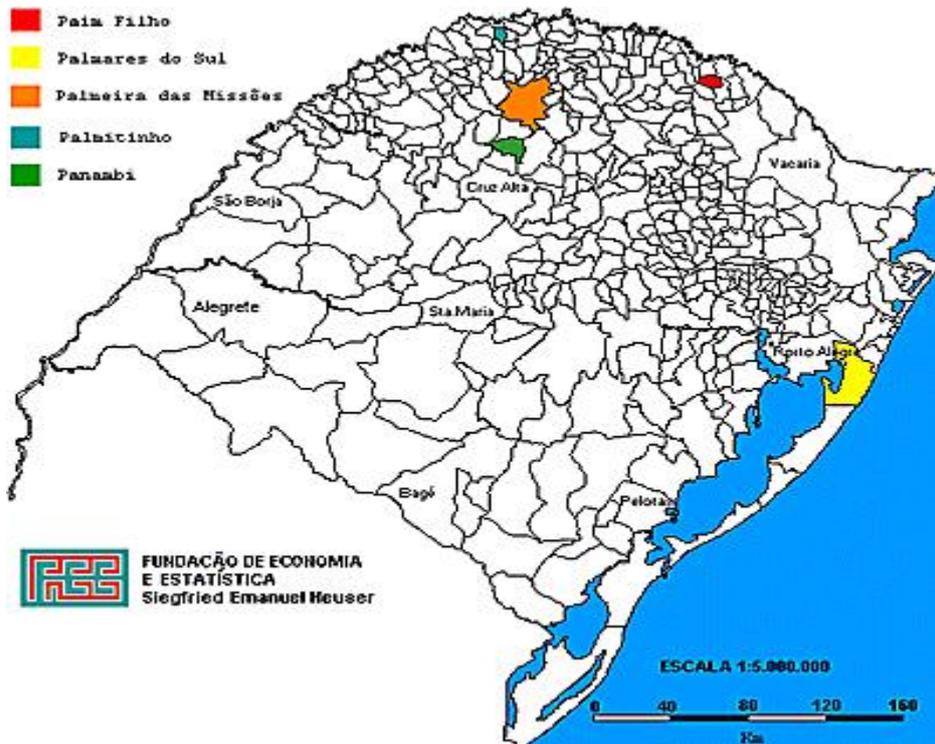


Figura 02: Mapa de localização do município de Paim Filho

Fonte: <http://www.riogrande.com.br/municipios/paimfilho1.htm>

#### 4.1 Economia do município de Paim Filho

A economia do município está baseada na agricultura e pecuária, principalmente com a produção de leite, soja, milho e suínos. Estas informações podem ser comprovadas pelos dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em que o Valor Adicionado Bruto da Agropecuária (VAB) no ano de 2008, ficou em R\$ 24.598.000,00, enquanto que o VAB da Indústria soma R\$ 3.598.000,00 e o setor de Serviços soma R\$ 23.689.000,00.

Tabela 03: Produção primária do município no ano de 2007

<b>Produto</b>	<b>Quantidade produzida – Ton</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>Milho</b>	27.000	7.110.000,00
<b>Soja</b>	9.000	3.870.000,00
<b>Trigo</b>	1.260	517.000,00
<b>Feijão</b>	852	469.000,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Através do quadro acima, pode-se perceber que a produção primária do município é significativa, e justifica a predominância da produção agrícola como base de sua economia. É importante ressaltar, que boa parte da produção de milho do município acaba sendo beneficiado e transformado em alimento animal, uma vez que a produção de leite de vaca e suínos, principalmente, é significativa, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Tabela 04 : Produção animal do município de Paim Filho

<b>Espécie</b>	<b>Efetivo da produção/ano</b>
<b>Bovinos</b>	12.420 cabeças
<b>Suínos</b>	29.371 cabeças
<b>Aves</b>	138.392 cabeças
<b>Leite de vaca</b>	8.996.000 litros

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2006

O Município possui um Hospital Comunitário, com 45 (quarenta e cinco) leitos, equipado com sala de cirurgia, ambulatórios e equipamentos necessários para o atendimento de baixa e média complexidade. Também conta com uma Unidade Básica de Saúde, com médicos nas áreas de clínica geral, pediatria, fisioterapia, psicologia, que atendem a população do município. Na área laboratorial, existem dois laboratórios que prestam serviços através do Sistema Único de Saúde.

Já na área da educação, o município possui duas Escolas, equipadas com laboratório de informática, com capacidade para 700 estudantes em cada Unidade de Ensino, o que significa que consegue atender a demanda da população municipal.

#### **4.2A participação do município na arrecadação estadual e federal**

Segundo dados do IBGE, o município, durante o ano de 2008, teve Receitas Orçamentárias Correntes de R\$ 8.382.543,89. Neste mesmo ano, realizou Despesas Orçamentárias no valor de R\$ 6.190.875,46. Outro dado importante refere-se ao valor recebido no ano de 2008 do Fundo de Participação dos Municípios (FPM): R\$ 4.173.879,17; este valor refere-se à participação dos municípios na arrecadação do Governo Federal.

De acordo com a Lei Estadual nº 11.038, de 14 de novembro de 1997, que dispõe sobre a parcela do Produto da Arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), no seu Artigo Primeiro, disciplina que, o índice de participação de cada município na parcela de 25% do produto da arrecadação do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), será obtido conforme os seguintes critérios:

I – 75% (setenta e cinco por cento) com base na relação percentual entre o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em cada município e o valor adicionado total no Estado.

II – 7% (sete por cento) com base na relação percentual entre a população residente no município e a residente no Estado, conforme dados do último censo oficial fornecidos pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para os anos com dados de censo oficial, e estimativas da Fundação de Economia e Estatística – FEE, para os demais anos.

III – 7% (sete por cento) com base na relação percentual entre a área do município, multiplicando-se por 3 (três) as áreas de preservação ambiental, as áreas de terras indígenas e aquelas inundadas por barragens, exceto as localizadas nos municípios sedes das usinas hidrelétricas, e a área calculada do Estado, no último dia do ano civil a que se refere a apuração, informadas, em quilômetros quadrados, pela

Divisão de Geografia e Cartografia da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

IV – 5% (cinco por cento) com base na relação percentual entre o número de propriedades rurais cadastradas no município e o das cadastradas no Estado, no último dia do ano civil a que se refere a apuração informados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

V – 1% (um por cento) com base na relação percentual entre o inverso da taxa de evasão escolar de cada município e o somatório dos inversos das taxas de evasão escolar de todos os municípios, medidos pela Secretaria da Educação do Estado no ensino municipal de 1º grau.

VI – 1% (um por cento) com base na relação percentual entre o inverso do coeficiente de mortalidade infantil de cada município e o somatório dos inversos dos coeficientes de mortalidade infantil de todos os municípios, medidos pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado, relativos ao ano civil a que se refere a apuração.

VII – 0,5% ( cinco décimos por cento) com base na relação percentual entre a pontuação da cada município no Programa de Integração Tributária – PIT, instituído por lei, e o somatório de todas as pontuações de todos os municípios, apuradas pela Secretaria da Fazenda do Estado.

VIII – 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) com base na relação percentual entre produtividade primária do município e a do Estado, no ano civil a que se refere a apuração, obtidas pela divisão do valor da produção primária, conforme levantamento da Secretaria da Fazenda, pelo número de quilômetros quadrados.

Por isso, levando-se em conta o Valor Adicionado Fiscal do Município, sendo este um dos aspectos observados para que o Estado repasse mais ou menos recursos ao município, percebe-se que o trabalho de combate à sonegação realizado pela Secretaria da Fazenda, juntamente com o programa de Educação Fiscal, o qual busca informar aos cidadãos sobre a importância da exigência da nota fiscal na compra de qualquer mercadoria, pode fazer a diferença na contabilização da arrecadação municipal. Assim, o trabalho realizado pelas Secretarias da Saúde,

Educação e Assistência Social, pode interferir no repasse de ICMS feito pelo Estado do Rio Grande do Sul ao município, como pôde ser observado.

É importante ressaltar que no ano em que é realizada a campanha de aumento de arrecadação, o reflexo no índice de Participação e o Valor Adicionado Fiscal do Município se reflete no ano posterior à respectiva campanha. Na tabela a seguir, tem-se os índices de participação do município de Paim Filho nos anos de 2005 a 2010.

ANO	INDICE
2010	0,047681
2009	0,045453
2008	0,044512
2007	0,045829
2006	0,048195

Quadro 01: Índices de Participação de Paim Filho no ICMS do Estado

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Através dos dados, percebe-se que como foi realizada Campanha de Aumento de Arrecadação no ano de 2009, o Índice do ano de 2010 foi maior que no ano de 2009. Assim como, com a realização de campanha no ano de 2005, o índice de participação do município de 2006 foi superior aos índices de 2007 até 2010. Constata-se assim, que as Campanhas de Arrecadação podem influenciar no aumento da participação do município no índice do ICMS. Porém, deve-se ressaltar que existem outros fatores que podem influenciar na arrecadação, como crises econômicas e estiagens que podem reduzir a produção agrícola do município e do Estado.

A arrecadação do município de Paim Filho tem aumentado significativamente nos últimos anos, como pode ser visto na tabela apresentada a seguir:

Tabela 05: Receita total nas duas ultimas gestões

<b>ANO</b>	<b>RECEITAS TOTAIS – R\$</b>
<b>2010</b>	11.227.417,16
<b>2009</b>	9.144.231,40
<b>2008</b>	7.952.031,43
<b>2007</b>	6.601.474,03
<b>2006</b>	6.718.188,95
<b>2005</b>	5.355.873,21

Fonte: WWW2.tce.gov.br – Tribunal de Contas do Estado.

Com base nos dados apresentados na Tabela 05, observa-se que as receitas do município tiveram um acréscimo significativo na maioria dos anos. Esse aumento das receitas pode refletir diretamente no desenvolvimento econômico e social. Também, um dado que reflete o resultado positivo do trabalho realizado para aumentar a arrecadação, está no aumento da arrecadação com ICMS, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 06: Receitas com ICMS

<b>ANO</b>	<b>RECEITAS COM ICMS R\$</b>
<b>2010</b>	2.131.541,03
<b>2009</b>	1.728.446,97
<b>2008</b>	1.674.034,70
<b>2007</b>	1.394.360,88

Fonte: Prefeitura Municipal de Paim Filho.

Percebe-se que desde 2007, a arrecadação com o Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS), tem aumentado ano a ano. Isso demonstra que as iniciativas para melhorar a arrecadação têm sido positivas. Embora existam muitos fatores que possam interferir na arrecadação de um município, o que pode ser tema para próximas pesquisas.

## **5 ANÁLISE**

### **5.1 Introdução**

Neste capítulo será realizado uma análise das entrevistas realizadas. Primeiramente serão trazidas informações dos administradores do município (secretários e prefeito), posteriormente será apresentada a análise das entrevistas com as lideranças.

### **5.2 Apresentação da pesquisa 01**

No que refere-se as informações obtidas através das entrevistas com os administradores do município, os principais aspectos devem ser relatados.

#### **5.2.1 Iniciativas da administração municipal para aumentar a arrecadação**

Segundo o Secretario de administração e fazenda do município, entre as iniciativas feitas pela Prefeitura Municipal de Paim Filho, visando o aumento da arrecadação, a Administração Municipal está trabalhando com vários projetos, entre eles pode-se destacar:

##### **(a) Campanhas de premiação a consumidores:**

Visando a conscientização dos munícipes sobre a importância de exigir a nota fiscal a cada compra efetuada no comércio e indústria do município, são realizadas campanhas de premiação a consumidores. Estas campanhas são realizadas da seguinte maneira: através de uma lei municipal, fica definido que o consumidor que trazer uma nota ou cupom fiscal de empresas pertencentes ao município de Paim Filho recebe uma ou mais cautelas a fim de concorrer a prêmios que são sorteados no final de cada ano. No ano de 2009, a campanha inovou. Buscando atrair e educar os consumidores jovens, foi distribuída uma revista em quadrinhos para cada família do município, sendo que as figuras que completariam o

álbum seriam entregues mediante a troca por notas ou cupons fiscais. Para cada página do álbum, existia uma única figura que a completaria. Assim, o consumidor que preenchesse toda a página da revista, seria o vencedor da premiação. Esta campanha fez sucesso, principalmente com o público mais jovem, uma vez que havia uma disputa para saber quem completaria a página a fim de obter a premiação. Esta foi uma maneira criativa de chamar a atenção dos consumidores sobre a importância de garantir a arrecadação municipal a fim de realizar os projetos de desenvolvimento do município.

(b) Atuação da turma volante municipal:

O município de Paim Filho possui um convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para realizar ações conjuntas de fiscalização sobre a circulação de mercadorias no território do município. Através deste convênio, o município mantém dois funcionários atuando como volantes na fiscalização de produtos que circulam pelo município e verificam se tais produtos estão acompanhados da nota fiscal, o que garante a arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços).

(c) Fiscalização de obras em construção:

Através da atuação de fiscais tributários do município, todas as obras em construção são fiscalizadas para que estejam de acordo com o Código de Obras e, também, para que o mesmo tenha o registro das construções a fim de cobrar o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Desta forma, o município torna-se eficiente na fiscalização e cobrança do imposto.

(d) Fiscalização de ISS:

Para a fiscalização do Imposto Sobre Serviços, imposto de competência do município, é realizada a fiscalização através dos blocos de notas das empresas e o repasse do imposto aos cofres públicos.

(e) Fiscalização do ITBI (Imposto sobre Transmissão Inter-vivos):

A fiscalização do Imposto Sobre Transmissão de Bens é realizada através da vistoria dos imóveis (terrenos e construções), verificando através de medições, se o que está relatado em fichas cartoriais, condiz com a realidade do imóvel. Assim,

evita-se que, por exemplo, um terreno tenha área plana maior do que é relatado na ficha cartográfica, ou que a construção seja maior “do que está no papel”, o que poderia reduzir o imposto cobrado pelo município.

(f) Programa de Educação Fiscal:

A Secretaria da Fazenda em parceria com a Secretaria da Educação, está realizando palestras aos alunos das escolas do município, sobre temas específicos como arrecadação de impostos, aplicação do dinheiro público e importância da exigência de nota fiscal. Estas atividades fazem parte do programa de Educação Fiscal implantado no município, visando a formação de cidadãos conscientes sobre o papel que cada pessoa tem para o desenvolvimento local. Além disso, as escolas estão realizando trabalhos interdisciplinares com os alunos, sobre temas relacionados à cobrança de impostos e exigência da nota fiscal.

O Programa foi instituído no município baseado em ensinamentos adquiridos com a participação de funcionários públicos municipais e professores da Escola Municipal em cursos e palestras promovidos pelo Estado do Rio Grande do Sul. Este Programa é um incentivo da Secretaria da Fazenda do Estado e tem como objetivo levar ao cidadão, informação simplificada da origem e destino dos recursos públicos, para garantir a transparência de todas as ações do governo. Assim, são estabelecidas parcerias com o Estado e os municípios.

### 5.2.2 Programas e projetos para desenvolvimento do município

Segundo o Prefeito Municipal Ceser Adriano Beuren e os Secretários Municipais, o município está investindo em obras e projetos que estão ajudando no desenvolvimento e melhorando a vida dos cidadãos Painfilhenses. Entre os projetos e obras, foram citadas na entrevista semi-estruturada, as seguintes realizações:

(a) Na área da Educação:

O município cumpre com o que disciplina a Constituição Federal, no seu Artigo 212, ou seja, de gastar no mínimo 25% da receita corrente líquida em educação. Na Escola Municipal, que atende a toda a rede de Ensino Infantil e

Fundamental, existe uma estrutura física adequada, com ensino de qualidade, com salas de Vídeo e Informática, biblioteca, refeitório, quadra esportiva e área de laser para as crianças.

Nos últimos anos, o município investiu na reforma geral da Escola Municipal Irmã Maria Anastasye, oferecendo melhor espaço e comodidade aos alunos. Em fase final de construção, o prédio para Educação Infantil garantirá segurança e tranqüilidade aos pais que têm necessidade de deixar seus filhos na creche.

Outro programa importante desenvolvido pela secretaria, refere-se ao “Programa Segundo Tempo”, desenvolvido em parceria com o Ministério do Esporte, no qual os alunos realizam atividades como dança, voleibol, pintura, leitura, futebol, aulas de informática, dentre outras atividades, sendo que o município oferece a estrutura física para estas atividades nos turnos em que os alunos estão fora do ambiente escolar. A Secretaria da Educação também mantém através de sua estrutura, programas de teatro, incentivando a cultura e o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

(b) Área da Saúde:

O Município de Paim Filho investe na área da saúde, anualmente, mais do que é obrigatório investir. De acordo com a Constituição Federal, os municípios são obrigados a investir o mínimo de 15% da receita corrente líquida. No município, o percentual investido anualmente é de 20% da receita em serviços de saúde. Sobre esses investimentos, merece destaque a existência de uma Unidade Básica de Saúde, equipada, na qual é oferecido atendimento à população. Através desta unidade, desenvolvem-se programas como:

ESF (Estratégia da Saúde da Família): através deste se estabelece a estratégia de atendimento à população, com a participação de profissionais médicos nas áreas de pediatria, odontologia, psicologia, fonoaudióloga e fisioterapia. Além desses profissionais, outros como Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem, Auxiliares de consultório, Agentes Ambientais, Fiscais Sanitários e Agentes Comunitários de Saúde atuam nas estratégias de atendimento à saúde da população Painfilhense. Ademais do atendimento na Unidade Básica, são oferecidos à população do

município, visitas domiciliares de médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde.

PSE (Programa de Saúde na Escola): A Secretaria da Saúde, em parceria com a Escola Municipal e a Secretaria Municipal de Educação, implantou o programa de saúde na Escola, no qual são desenvolvidas várias atividades, como atendimento odontológico nas dependências da escola e orientações aos alunos.

Programa Saúde da Mulher: são oferecidos exames preventivos às mulheres do município, como medidas preventivas.

Programa Saúde do Adolescente: Neste programa são realizadas palestras dirigidas aos adolescentes sobre assuntos como drogas e doenças contagiosas.

Programa SISPRENATAL: atende gestantes com palestras específicas.

Programa Saúde do Idoso: Neste programa é feito um mapeamento dos riscos à saúde do idoso, além da realização de palestras e orientações para este público alvo.

Programa de Hiperdia: São realizadas palestras e orientações dirigidas aos diabéticos e hipertensos.

(c) Área de Obras e Serviços:

O Município, através da Secretaria Municipal de Serviços Gerais realizou recentemente obras importantes para o desenvolvimento e Bem estar da população, dentre as quais, pode-se citar a recuperação e reestruturação das estradas de acesso ao interior do município, facilitando o escoamento da produção agrícola e o acesso à população que reside nas áreas rurais. Também foi realizado o asfaltamento e calçamento de ruas na área urbana, construção de uma Unidade Industrial, ampliação do Posto Central de Saúde, melhorando o atendimento à população. Além disso, foram restauradas cinco praças do município, oferecendo à população, locais para lazer e descanso.

(d) Área da Agropecuária:

No que se refere aos investimentos realizados pela Prefeitura na área agrícola e pecuária do município, a Secretaria desenvolve vários programas, entre

eles está o “Programa da Patrulha Agrícola”, através do qual o município disponibiliza máquinas como Tratores, Retroescavadeiras, Ensiladeiras, entre outros equipamentos, que são utilizados pelos agricultores do município, a fim de realizarem trabalhos em suas propriedades rurais. Dentre os trabalhos oferecidos aos agricultores estão: Serviços de terraplanagem, abertura de açudes, produção de silagens (alimento fornecido a bovinos), além da distribuição de sêmen bovino de forma gratuita a produtores de leite do município que apresentarem o bloco de notas de produtor rural com as notas devidamente preenchidas mensalmente.

#### (e) Área da Assistência Social e Habitação

A Secretaria de Assistência Social do Município de Paim Filho desenvolve vários programas e serviços assistenciais visando fortalecer o bem-estar da população. Dentre os quais, é importante citar:

Serviço de Atendimento Integral a Família – PAIF: Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função de protegê-las, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover o seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida. São usuários do serviço, famílias em situação de vulnerabilidade social, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência da Secretaria de Assistência Social. Além disso, o programa visa oferecer as famílias “vulneráveis”, o acesso a benefícios sociais, como é o caso de programas de transferência de renda e serviços sócio assistenciais, além de apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados especiais.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV: É um serviço prestado pela Secretaria de Assistência Social do Município, que visa ampliar trocas culturais e vivências, desenvolver o sentimento de identidade, fortalecer os vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Por meio do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, são prestados os seguintes serviços:

- Serviços de atendimento à crianças e adolescentes com idade de 6 a 15 anos, os quais, durante três dias por semana, no turno inverso ao da escola, desenvolvem diversas atividades esportivas e culturais, além de alimentação.
- Serviço de atendimento para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos. Os jovens atendidos são pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, tendo como objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, contribuindo para o retorno ou permanência dos adolescentes na escola.
- Serviço de atendimento de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos. Através deste, buscou-se desenvolver atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. O trabalho foi pautado observando as características, interesses e demandas dessa faixa etária. Foi considerado também, que a convivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social.

Além dos serviços já citados, prestados à comunidade, a Secretaria de Assistência Social oferece serviços como grupos de convivência para pessoas com deficiência e diversos cursos profissionalizantes, como bordado industrial, projeto de alfabetização de adultos, curso de eletricitista, de corte e costura, confecção com lã crua, fabricação de queijos e derivados, jardinagem, panificação, reaproveitamento de alimentos, ervas medicinais, artesanato, saneamento básico, oficinas para fabricação de tapetes, além de palestras realizadas para mulheres agricultoras.

Existem também programas de auxílio como a distribuição de cestas básicas à famílias carentes, auxílio de passagens à pessoas carentes, auxílio de fraldas à mães carentes, fornecimento de leite de soja à crianças que se encontram em situação de risco de saúde e auxílio funeral, além de encaminhamentos para auxílios destinados a pessoas carentes de programas dos governos federal e estadual.

### 5.2.3 Obras e investimentos a serem realizados pelo município nos próximos anos

Em entrevista com o Prefeito Municipal de Paim Filho, questionado sobre obras e projetos a serem realizados pela Administração Municipal para os próximos anos, estão programados a reforma do Hospital Santa Terezinha, localizado no município de Paim Filho. O mesmo já conta com uma boa estrutura que atende as necessidades mais urgentes da população local, e esta obra de reforma irá melhorar ainda mais o atendimento aos munícipes.

Outro projeto ambicionado pela atual administração é a aquisição de outras máquinas como: trator de esteiras, utilizado para realização de serviços de terraplenagem, ensiladeiras novas, uma retroescavadeira nova, além de calçamento em diversas ruas da área urbana do município. Outra obra importante diz respeito à construção de um “caminhodromo”, trata-se da construção de uma pista ao “lado da Rua Alfredo Chaves”, que servira para a população realizar caminhadas e passeios sem a necessidade de utilizar ruas da cidade, evitando dividir espaços com carros e outros pedestres.

Está prevista também, a implementação de projetos de agroindústrias, visando a agregação de valor a produtos primários produzidos no município, como é o caso do leite, produzido em grande quantidade pelos agricultores. Também, entre os projetos ambicionados pela administração, está previsto a construção de casas populares destinadas à população carente. Todas estas obras e realizações, segundo o Prefeito Municipal e os seus Secretários da Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Serviços Gerais, estão programados para serem realizados nos próximos dois anos.

### **5.3 Apresentação da pesquisa 02**

No que refere-se aos dados coletados nas entrevistas com as lideranças do município, comentando sobre o tema das campanhas de premiação de consumidores, também chamadas de campanhas de conscientização fiscal, que visam conscientizar a população sobre a importância de exigir nota fiscal na compra

de qualquer produto, foram avaliadas como positiva por todos os entrevistados. Algumas pessoas destacaram que, além da importância da exigência de nota fiscal, geradora de mais ICMS, tais campanhas valorizam o comércio local, impulsionando a economia do município, gerando mais emprego e renda.

Alguns comentários merecem ser destacados: Segundo o entrevistado 01, “este trabalho promove o crescimento geral, uma vez que os dividendos da produção são investidos no local de origem, impulsionando a economia.” O entrevistado 03 destaca a “importância de exigir nota fiscal na compra de qualquer produto, pois desta forma, arrecadando mais impostos o município tem mais condições de investir em áreas que proporcionem um melhor bem-estar aos munícipes.” Também, referente a esta questão, o entrevistado 08 justifica que, “com as campanhas de valorização do comércio local, o povo painfilhense está cada vez mais interessado em comprar e exigir nota fiscal, isso ajuda a aumentar a arrecadação e conseqüentemente melhorar os serviços prestados aos munícipes.” O entrevistado 09 argumenta que, “aumentando a arrecadação, os recursos oriundos da mesma podem ser convertidos para o desenvolvimento do município”.

Ainda sobre os programas de combate à sonegação fiscal no município, os entrevistados destacaram a atuação dos fiscais tributários, relatando o caráter educativo que os mesmos exercem. Também, relataram as formas variadas que estão sendo utilizadas pela atual administração para aumentar a arrecadação, as quais motivam a população a participar e colaborar com o processo de fiscalização que inibe o sonegador. O entrevistado 02 justificou que “infelizmente as pessoas só fazem aquilo que são obrigados a fazer e o que mexe no bolso, por isso, o acompanhamento do fiscal torna-se indispensável”. Já o entrevistado 12 contribuiu afirmando que o trabalho de fiscalização, além de ser educativo, obriga o vendedor emitir nota fiscal, beneficiando toda a sociedade através dos recursos investidos nas diferentes áreas.

No que tange ao planejamento de aplicação dos recursos públicos, 50% acham o planejamento bom e 50% dos entrevistados responderam que o planejamento é regular. O entrevistado 13 declarou que “dá-se prioridade às emergências e posteriormente são resolvidos os problemas secundários. Além de investimentos de grande porte estão sendo desenvolvidos”. Já o entrevistado 15

justificou que “sendo um município essencialmente agrícola, o setor rural deveria ser priorizado com uma atuação mais efetiva”.

Quando perguntados sobre o atendimento na área da saúde do município, 60% dos entrevistados responderam que os recursos aplicados e o atendimento recebido é bom, enquanto que 40% consideraram que atende de forma regular. O entrevistado 05 opinou que deveriam ser contratados mais médicos para facilitar o atendimento à população, sendo que os Programas de Saúde na Família deveriam receber maior atenção. Outros também comentaram que deveria ser dada atenção igual a todos os usuários.

Com relação aos recursos investidos e as ações desenvolvidas pela área da educação do município, 50% dos entrevistados disseram que esses recursos são suficientes para que o município tenha uma educação de qualidade e uma boa formação de futuros cidadãos, enquanto que os outros 50% afirmaram que o município atende apenas de forma regular a esta área. Foi sugerida pelo entrevistado 02, a criação de um programa de qualificação contínua e comprometida dos professores, e que cada profissional atue em sua área de titulação. Também sugeriu-se a ampliação do espaço físico, melhorando assim, as condições de trabalho dos docentes.

No que diz respeito aos projetos e investimentos do município para o setor agropecuário, 10% responderam que são suficientes para desenvolver o setor, enquanto que 50% dos entrevistados responderam que a administração municipal atende de forma regular o setor primário, os demais 40% responderam que os recursos aplicados e os projetos desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura do município, não atende de forma satisfatória aos anseios da população. Neste sentido, algumas sugestões merecem ser destacadas, como: o entrevistado 19 opinou que “deveria ser dada maior atenção a todos os agricultores de forma igualitária, intensificar os programas já existentes e implantar outros para desenvolver o setor”. O entrevistado 17 sugeriu a criação de um fundo rotativo para financiar a geração de emprego e renda, incentivando a permanência dos jovens nas propriedades agropecuárias, agregando valor aos produtos.

Na área da assistência social, 40% dos entrevistados opinaram que o município atende de forma satisfatória às necessidades da população carente,

enquanto que 60% dos entrevistados afirmaram que os programas desenvolvidos e os recursos investidos, atendem de forma regular. Algumas sugestões para melhoria foram citadas, como melhorar a distribuição dos recursos para atender todos que estão em situação vulnerável e um atendimento maior aos portadores de deficiências físicas e mentais do município. Sugeriu-se também, a execução de um trabalho educativo para que as pessoas atendidas por programas assistenciais saibam valorizar os benefícios recebidos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das informações obtidas através de pesquisa bibliográfica, relatórios fornecidos pela Prefeitura de Paim Filho, dados estatísticos e entrevistas com lideranças, foi possível responder as questões propostas para este trabalho. Assim, percebe-se que o município tem trabalhado de forma eficaz para aumentar sua arrecadação. Isto porque, a arrecadação municipal tem aumentado significativamente nos últimos anos, como pôde ser visto nas tabelas 05 e 06, com aumento das receitas totais e com ICMS, comprovando-se então que tais iniciativas estão gerando resultado satisfatório.

Com relação à aplicabilidade dos recursos, por meio de entrevistas com o Prefeito municipal e seus principais secretários, obtiveram-se informações a respeito dos programas e projetos que estão sendo desenvolvidos pelo município a fim de melhorar a vida da população e promover o desenvolvimento local. Neste aspecto, verificaram-se iniciativas em áreas da educação, saúde, agricultura e pecuária e assistência social. Também, coletaram-se informações importantes a respeito dos futuros projetos de aplicação dos recursos, destacando-se a reforma e melhoria do hospital local, aquisição de máquinas, apoio a implantação de agroindústrias e construção de casas populares. Estes projetos, se implantados, irão melhorar a vida da população.

No que tange à melhoria da qualidade de vida da população através do investimento dos recursos arrecadados, percebeu-se que algumas áreas de atendimento à população precisam melhorar, pois, segundo os líderes comunitários entrevistados, os investimentos realizados e os projetos desenvolvidos não contemplam de forma satisfatória os anseios da mesma, principalmente no que tange ao setor agropecuário, isto porque, 50% responderam que o trabalho da secretaria atende de forma regular e 40% afirmaram que este setor da administração não atende os anseios da população. Assim, é importante avaliar o trabalho desta secretaria, uma vez que o setor primário do município é a base da economia, sendo que, se esta área não tiver um bom desenvolvimento, conseqüentemente outros setores também sofrerão os efeitos negativos.

Por isso, este trabalho poderá ser utilizado pela administração pública como ferramenta para melhorar a qualidade do serviço público no município de Paim Filho, uma vez que traz um relatório dos projetos desenvolvidos em todas as áreas públicas e também mede, através das entrevistas realizadas com líderes comunitárias, a satisfação da comunidade com tais serviços e as necessidades de mudanças em algumas secretarias.

### **6.1 Limitações**

O trabalho limitou-se a responder as quatro questões relativas aos objetivos propostos. Evidentemente que existem outras questões a serem pesquisadas, assim como, poderiam ser realizadas entrevistas com um número maior de pessoas, que não foi possível em virtude do tempo disponível para realizar esta monografia. Assim, este trabalho de conclusão de curso deixa algumas questões que poderão ser respondidas em pesquisas futuras.

### **6.2 Pesquisas futuras**

Para dar continuidade aos estudos sobre arrecadação municipal, em decorrência das limitações e das dificuldades deste trabalho para expor todos os fatores que influenciam na arrecadação de um município, recomenda-se para futuras pesquisas a abordagem dos demais fatores que influenciam na arrecadação de um município, como produtividade primária, arrecadação federal e estadual, incentivo à agregação de valor. Também, fazendo referência a este trabalho, sugerem-se pesquisas que estimulem a descoberta de outros projetos de desenvolvimento e aplicação de recursos arrecadados pelos municípios para o desenvolvimento econômico-social.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECILIO, Augusto Bernardo Sampaio. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/1950-1969/l4729.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/1950-1969/l4729.htm)> Acesso em 29 de julho de 2010.

CAULLIRAUX, Heitor; YUKI, Mauro. **Gestão pública e Reforma Administrativa** – Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. 27. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Guia do Administrador Municipal**: Orientações e procedimentos para uma gestão eficiente. Porto Alegre: Mercado Aberto/FAMURS, 2001.

FILIPPIM, Eliane Salete; ROSSETTO, Carlos Ricardo; HERMES, Fátima Maria Franz. **A gestão do desenvolvimento regional**: análise de uma experiência no meio-oeste catarinense. FGV, 2009. Disponível em: <<http://app.ebape.fgv.br>> Acesso em 15 de março de 2011.

FILIPPIM, Eliane Salete; ROSSETTO, Adriana Marques; ROSSETTO, Carlos Ricardo. **Abordagem da administração pública e sua relação com o desenvolvimento em um contexto regional**: o caso do meio Oeste Catarinense. FGV, 2009. Disponível em: <<http://app.ebape.fgv.br>> Acesso em 15 de março de 2011.

GIAMBIAGI, FABIO; ALEM, ANA. **Finanças Públicas**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRZYBOVSKI, Denise; HAHN, Tatiana Gaertne. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000500005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000500005&script=sci_arttext)> Acesso em 27 de julho de 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

OLIVEIRA, Vania Aparecida Rezende de; CAMÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto. **Gestão social e esfera pública: aproximações teóricas conceituais**. Disponível em: < <http://app.ebape.fgv.br>> Acesso em 15 de março de 2011.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SACRAMENTO, Weverton Pereira de. **Metodologia da pesquisa científica**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

TAKAO, Marcos. BIDERMAN, Ciro. **A Importância do Regime de Estimativa de ISS para a Arrecadação Tributária dos Municípios Brasileiros. 2003**. Encontrado em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v8n4/v8n4a06.pdf>. Acesso em dezembro de 2010.

SECRETARIA DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL. **Portal da Legislação**. Disponível em <<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Home.aspx>> Acesso em 20 de julho de 2010.

<http://www.fenafisco.org.br/VerNoticia.aspx?IDNoticia=13963>> Acesso em 27 de julho 2010.

<[http://robertocamargo.typepad.com/educacaotributaria/valor\\_adicionado/](http://robertocamargo.typepad.com/educacaotributaria/valor_adicionado/)> Acesso em 03 de Agosto de 2010.

<[http://www.cnm.org.br/dado\\_geral/mumain.asp?ildMun=100143275](http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp?ildMun=100143275)> Acesso em 03 de agosto de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFÍA E ESTATÍSTICA. Censo 2006. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2011.

## ANEXOS

### Anexo 01: Questionário realizado com lideranças de Paim Filho

#### TRABALHO DE PESQUISA PARA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

PESQUISADOR: LEODECIR ROBERTO LUPPI

Nome do Entrevistado:.....

Entidade representativa:.....

Nível de Escolaridade:.....

1. Qual sua opinião sobre as campanhas que buscam o aumento de arrecadação do município (campanhas de valorização do comércio local, campanhas de premiação a consumidores, campanhas de conscientização da população sobre a importância de exigir nota fiscal na compra de qualquer produto).

( ) Positiva ( ) Negativa ( ) Não traz nenhum resultado

Justifique:.....

2. Na sua opinião, a atuação de fiscais tributários auxilia no combate à sonegação de impostos?

( ) Sim ( ) Não.

Justifique:.....

3. O Senhor(a) conhece o planejamento da atual administração para combater a sonegação de impostos, arrecadar mais para investir no desenvolvimento do município :

( ) Sim ( ) Não

Justifique:.....

4. Qual sua opinião sobre o planejamento administrativo da Administração municipal de Paim Filho:

( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Justifique:.....

5. No seu ponto de vista, os recursos aplicados e o atendimento recebido na área da saúde atendem às necessidades da população do município:

Sim  Não  Atende de forma regular.

O que poderia ser mudado para melhorar o atendimento: .....

6. Na sua opinião, os recursos aplicados e as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação do município de Paim Filho são suficientes para que tenhamos uma educação de qualidade e a formação dos futuros cidadãos painfilhenses:

Sim  Não  Atende de forma regular.

O que poderia ser melhorado:.....

7. Ao seu ver os recursos aplicados e os projetos desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura de Paim Filho são suficientes para o desenvolvimento do setor agropecuário do município:

Sim  Não  Atende de forma regular

O que poderia ser melhorado:.....

8. Na sua opinião, os projetos desenvolvidos e os recursos aplicados na área de assistência social do município de Paim Filho são suficientes para atender as necessidades da população painfilhense:

Sim  Não  Atende de forma regular

O que poderia ser melhorado:.....

9. Você ou sua família já foram atendidos por algum programa ou projeto do município?

Sim  Não

Qual sua avaliação sobre os programas:.....

**Anexo 02: Questionário aplicado aos Administradores Públicos de Paim Filho**

**TRABALHO DE PESQUISA PARA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

**PESQUISADOR: LEODECIR ROBERTO LUPPI**

**Nome do Entrevistado:.....**

1 Quais as ações implementadas pelo município para aumentar a arrecadação?

2 Como estão sendo implementadas as ações de combate à sonegação fiscal no município?

3. Sobre as campanhas de premiação a consumidores, também chamadas de campanhas de conscientização fiscal, como estão sendo organizadas e como está sendo observado o resultado desse trabalho?

4 Quais projetos o município está trabalhando para melhoria do desenvolvimento econômico-social nas mais diversas áreas ( saúde, educação, assistência social, agricultura, fazenda, obras e serviços)?

Quais os projetos e investimento a administração municipal pretende implantar no futuro?